



Presidência da República
Casa Civil
Secretaria de Administração
Diretoria de Gestão de Pessoas
Coordenação – Geral de Documentação e Informação
Coordenação de Biblioteca



BIBLIOTECA DA
PRESIDÊNCIA
DA REPÚBLICA

DECLARAÇÃO DE CANCÚN

Os Presidentes do Brasil e do México, reunidos em Cancún, sede do primeiro encontro entre Chefes-de-Estado e de Governo sobre cooperação internacional para o desenvolvimento, ante a situação da economia mundial e o estancamento do diálogo Norte-Sul,

DECLARAM

1. O Brasil e o México compartilham uma profunda preocupação diante da acentuada deterioração da situação econômica mundial, que envolveu a comunidade internacional na crise mais grave desde os anos trinta.

- A crise afetou o ritmo de crescimento da economia mundial, levando a uma taxa negativa em 1982. Para a América Latina, a crise significou também um período de estagnação e, em 1982, pela primeira vez em quase meio século, um decréscimo no produto da região; provocou uma deterioração acentuada nos seus termos de intercâmbio, que chegou a 30% nos últimos anos, e uma queda nas receitas de exportação, que se reduziram em 10% no último ano; e, entre outras conseqüências, trouxe consigo um rápido aumento do endividamento externo, cuja magnitude na América Latina já é da ordem de 300 bilhões de dólares.

- Ultimamente surgiram indícios, ainda limitados e incertos, de recuperação em alguns países desenvolvidos. Seus efeitos, entretanto, não se traduzirão em expansão sustentada e estável da economia mundial e, especialmente, dos países em desenvolvimento, se persistirem as barreiras ao comércio e se continuar a deteriorar-se a cooperação internacional.

2. Diante dessa situação e ante a imperiosa necessidade de enfrentá-la, os Presidentes do Brasil e do México acentuam a importância das seguintes considerações:

- A crise afetou de maneira desproporcional os países do Terceiro Mundo, colocando em perigo suas perspectivas de desenvolvimento. A recessão em escala mundial, a estagnação econômica dos países desenvolvidos e a contração do comércio internacional colocaram a América Latina diante de crescentes medidas protecionistas nos mercados dos países desenvolvidos elevadas taxas de juros, insuficiência de recursos financeiros e uma acentuada deterioração em seus termos de intercâmbio entre outras repercussões negativas.
- A região teve de empreender, com elevado ônus econômico e social, medidas de ajustamento para enfrentar o agudo desequilíbrio externo. Os países latino-americanos não podem aceitar que essas medidas se traduzam, a médio e longo prazos, em recessão econômica e redução contínua de níveis de renda já insatisfatórios. Reclamam, portanto, com urgência, ações efetivas que permitam o acesso de suas exportações aos mercados dos países desenvolvidos e o aporte de recursos financeiros suficientes e em condições adequadas.
- A duração, amplitude e profundidade da crise demonstram seu caráter estrutural e revelam as deficiências do atual sistema econômico internacional. A crescente integração da economia mundial exige medidas coordenadas, simultâneas e coerentes, sobretudo nos campos de comércio e finanças. Só mediante iniciativas globais de cooperação internacional poder-se-á responder à crise e lograr o desenvolvimento e a reativação da economia mundial.

- Não basta reconhecer de forma estática que a interdependência sujeita todas as economias a influências recíprocas. É urgente convertê-la em vetor de transformação da ordem econômica internacional vigente. Assim, o desenvolvimento acelerado dos países do Sul é necessário não só para atender às aspirações de seus povos, mas também para contribuir para o reajustamento e a modernização das economias dos próprios países desenvolvidos, aliviando o agudo problema do desemprego.
- Deve-se notar que os países em desenvolvimento já têm uma participação dinâmica e importante nos múltiplos cenários da economia mundial. Aproximadamente um terço das exportações dos países desenvolvidos se dirige ao Mundo em desenvolvimento. Um em cada seis empregos industriais nos Estados Unidos depende dessas exportações. Em condições de ampla capacidade ociosa em muitos setores, os países desenvolvidos têm, na demanda de importações dos países em desenvolvimento, um enorme potencial para a reativação de suas economias em bases não-inflacionárias. Interessa, portanto, ao conjunto da comunidade internacional um sistema comercial livre e dinâmico, que leve em consideração as necessidades dos países em desenvolvimento. É importante que nos países desenvolvidos se compreenda que a necessidade de reverter a tendência protecionista e proceder ao reajuste interno de setores não competitivos responde também a seus próprios interesses.
- Um elemento fundamental para restabelecer o dinamismo da economia e do comércio mundial é o aporte imediato de recursos financeiros, em níveis suficientes e condições satisfatórias. Nesse sentido, é necessário entre outras medidas, uma ação decidida dos Governos, dos organismos financeiros internacionais e da comunidade bancária privada para que, com adequada coordenação, se restaurem as correntes de recursos necessários para fomentar o desenvolvimento e financiar o comércio. Em conjunto com essas ações é necessário avançar na reforma do sistema monetário internacional, como têm proposto reiteradamente os países em desenvolvimento.

3. Os Presidentes do Brasil e do México, diante da gravidade da crise mundial, expressam sua convicção de que estão maduras as condições para uma nova etapa de diálogo construtivo entre o Norte e o Sul. A clara expressão da vontade de negociação e entendimento, surgida da Reunião Ministerial do Grupo dos 77 em Buenos Aires, constitui contribuição significativa para a retomada do diálogo e a formulação de um programa de reativação econômica e desenvolvimento. A VI UNCTAD constitui uma primeira oportunidade nesse sentido.

4. Os Presidentes do Brasil e do México dirigem-se em particular aos Chefes-de-Estado e de Governo das nações industrializadas que se reunirão em maio próximo, em Williamsburg, na esperança de que adotem uma atitude decidida para tornar efetiva a cooperação econômica internacional para o desenvolvimento e enfrentar eficazmente a crise.

5. Finalmente, tendo presente a estreita vinculação entre elementos econômicos e fatores políticos, reiteram a importância de que os Chefes-de-Estado ou de Governo renovem o impulso político necessário para que a comunidade internacional avance na solução dos problemas econômicos mundiais e amplie, desse modo, as perspectivas de paz e segurança internacionais.

Cancún, 29 de abril de 1983.